



A POLÍTICA DO MAINSTREAM DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS FRENTE AO POLÍTICO: OFENSIVA NEOLIBERAL À BUROCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Carlos Eduardo Justen (UFSC) - justencarlos@gmail.com

Eloíse Helena Livramento Dellagnelo (UFSC) - eloiselivramento@gmail.com

Resumo:

Este artigo, na forma de um ensaio teórico, intenta demonstrar o caráter político do mainstream dos estudos organizacionais, cujo ocultamento é a base de sua dominação, e, por decorrência, evidenciar a íntima ligação dos estudos organizacionais com o processo social mais abrangente, num contexto de embate real entre projetos políticos hegemônicos que pretendem, a sua maneira, a instituição e a preservação de uma ordem política e social dentre as várias possíveis. Em particular, trata-se de um esforço para evidenciar o posicionamento do mainstream no contexto do projeto neoliberal de enfrentamento da burocratização das relações sociais decorrente do Estado de Bem-Estar Social. Como resultado, tem-se a demonstração da natureza ontológica dos estudos organizacionais e a constituição de um ponto de partida mais adequado para o entendimento das categorias fundacionais desse campo de estudo.

Palavras-chave: *Estudos organizacionais; Ontologia; Política; Neoliberalismo*

Área temática: *GT-21 Organizações Alternativas e Contra Hegemônicas*

A POLÍTICA DO *MAINSTREAM* DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS FRENTE AO POLÍTICO: OFENSIVA NEOLIBERAL À BUROCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

RESUMO

Este artigo, na forma de um ensaio teórico, intenta demonstrar o caráter político do *mainstream* dos estudos organizacionais, cujo ocultamento é a base de sua dominação, e, por decorrência, evidenciar a íntima ligação dos estudos organizacionais com o processo social mais abrangente, num contexto de embate real entre projetos políticos hegemônicos que pretendem, a sua maneira, a instituição e a preservação de uma ordem política e social dentre as várias possíveis. Em particular, trata-se de um esforço para evidenciar o posicionamento do *mainstream* no contexto do projeto neoliberal de enfrentamento da burocratização das relações sociais decorrente do Estado de Bem-Estar Social. Como resultado, tem-se a demonstração da natureza ontológica dos estudos organizacionais e a constituição de um ponto de partida mais adequado para o entendimento das categorias fundacionais desse campo de estudo.

Palavras-chave: Estudos organizacionais; Ontologia; Política; Neoliberalismo.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O campo dos estudos organizacionais¹ é um espaço discursivo marcadamente posicionado, muito embora uma séria reflexão sobre aspectos da ontologia e da epistemologia desse posicionamento não despertem esforços por parte de seu *mainstream*. Esse posicionamento, bem como a ausência reflexiva sobre seus elementos, revela o caráter político que conforma o campo de estudos. Quando falamos de estudos organizacionais, há que se ter em mente a tentativa pretensamente totalizante de uma leitura sobre a estruturação da realidade social, a partir de relações específicas de poder e conhecimento num tempo-espaço dado (BÖHM, 2006).

¹ Ao longo do artigo, o termo estudos organizacionais será utilizado de forma genérica para abranger o campo discursivo hegemonicamente articulado e potencialmente sedimentado e, portanto, contestado e subvertido por forças contra-hegemônicas, voltado à compreensão da dimensão organizativa e pragmática do homem enquanto ser social e produtivo. Tal campo discursivo está posicionado num contexto histórico-espacial bastante contingente – a modernidade ocidental e o capitalismo industrial –, a partir de condições de emergência específicas – a era das Revoluções Inglesa e Francesa (1789-1848) que romperam com as barreiras que dificultavam, respectivamente, os desenvolvimentos econômico e científico (HOBSBAWN, 2009). É nesse contexto histórico-cultural-político que o campo deve ser compreendido. Para diferenciar o termo estudos organizacionais, mais amplo, da sua vertente dominante, mais restrita, será empregado o termo *mainstream*. A preferência do termo estudos organizacionais em lugar de teoria organizacional ou teoria administrativa deve-se unicamente ao fato de que o substantivo teoria pressupõe um *corpus* teórico sedimentado, monolítico e, pois, totalizante, justamente o que o *mainstream* pretende evidenciar. A noção em torno de estudos é mais abrangente e carrega em si a significação de possibilidades, de construir caminhos próprios de entendimento e, portanto, de alternativas. No mais, não passa de preferência pessoal dos autores.

Posicionar a realidade social a partir de uma leitura particular – a do *mainstream* dos estudos organizacionais -, implica tratá-la numa articulação significativa com o discurso hegemônico do capital, como uma tecnologia universalizante de controle que redundava num modelo claramente positivo, identificável, específico e pré-constituído de organização. Como afirma Parker (2002), o *management*, que vem a ser a posição do *mainstream* dos estudos organizacionais, é idealizado como o calmante para nossas pulsões por controle sobre a natureza e sobre nós próprios.

Por *management*, ou *mainstream* dos estudos organizacionais, o que dá no mesmo, considera-se a construção e defesa de um regime discursivo que posiciona o fenômeno organizacional no contexto da preservação da ordem política estabelecida na modernidade pelo sistema capitalista. Como decorrência, a organização e o organizar articulados como dominantes por tal regime discursivo restringem-se às variadas formas e modelos que possibilitam tornar as organizações formais mais eficazes e eficientes (BÖHM, 2006; PARKER, 2002; GAULEJAC, 2007).

Trata-se, grosso modo, do encarceramento do fenômeno organizacional a um regime discursivo que intenta, de um lado, direcionar os olhares e ditar as falas para a consideração daqueles entes bem gerenciáveis e mal gerenciáveis e, de outra ponta, propor soluções para a continuidade dos primeiros e a melhoria dos segundos – o remédio da melhor gestão. Coloca na penumbra, portanto, a outra face da moeda: o entendimento e a lógica do político, ao instituímos e organizarmos a realidade social sob os aspectos centrais das relações de poder e conhecimento e do estabelecimento das subjetividades.

Se ainda fosse necessário explicitar melhor o que se considera por *management* ou *mainstream*, bastaria afirmar que se materializam na tentativa de posicionar o fenômeno organizacional junto ao reino das micro-políticas nas organizações formais. Tal pretensão, eminentemente política, dá-se em detrimento de sua ligação ao processo social mais abrangente, envolto no embate real entre projetos políticos hegemônicos que pretendem, a sua maneira, a instituição e a preservação de uma ordem política dentre as várias possíveis, algo nunca plenamente alcançável.

O *management* é, de fato, um sistema de organização do poder (GAULEJAC, 2007) e, assim, constitui parte do imaginário social da sociedade moderna. Esse imaginário social serve de amparo ao exercício de uma dominação (CASTORIADIS, 1975) da qual sentimos os efeitos, mas da qual, quando muito de forma vaga, não conseguimos identificar suas causas. Alimentamos a premissa inicial, neste artigo, de

que as causas da dominação do *mainstream* no campo dos estudos organizacionais envolvem a ocultação de sua ontologia, de caráter essencialmente político, nunca dada *a priori*, mas resultado de uma intensa luta antagônica entre projetos hegemônicos que intentam abranger a totalidade da representação da ordem social existente.

Dito de uma forma mais lúdica, como o faz Bobbio (1986, p. 101), toda forma de dominação precisa “[...] se subtrair ao olhar dos dominados, escondendo-se e escondendo, através do segredo e do disfarce”. Um espaço cognitivo potencialmente público como os estudos organizacionais pode muito bem estar – e este parece ser o caso de seu *mainstream* – amparado num poder/ordem que pretende ser a um só tempo onividente e invisível – invisibilidade que se ampara na natureza política da ocultação de sua ontologia e epistemologia – e que, a fim de proteger-se de inimigos internos e externos, arroga-se o direito de mentir, de simular, fazendo aparecer o que não existe, e de dissimular, deixando de demonstrar o que existe. Infelizmente, não se trata de uma “mentira lícita”, qual tal Platão prescreve ao médico que esconde do paciente a gravidade da doença, mas de uma mentira de desastrosas consequências.

Nesse contexto, pretende este artigo demonstrar o caráter político do *mainstream* dos estudos organizacionais e, por decorrência, evidenciar a íntima ligação dos estudos organizacionais com o processo social mais abrangente, num contexto de embate real entre projetos políticos hegemônicos que pretendem, a sua maneira, a instituição e a preservação de uma ordem política e social dentre as várias possíveis. Inevitavelmente, assim, caminha-se para o esclarecimento dos atos instituidores do *mainstream* dos estudos organizacionais como ordem discursiva própria e funcional a dado regime sócio-político – o neoliberalismo -, e, disso, advoga-se, depende um entendimento mais adequado das categorias fundacionais desse campo de estudos.

Para cumprir com o objetivo proposto, três esforços se fazem necessários: primeiro, o estabelecimento da distinção, num sentido heideggeriano, entre o ôntico e o ontológico, que redundará na diferenciação, respectivamente, entre os fenômenos da política e do político, visando sua aplicação aos estudos organizacionais; segundo, uma tentativa de evidenciação da política do *management*, a partir da caracterização de três de suas estratégias de articulação discursiva, com as quais intenta dominar a representação que temos da realidade social em suas dimensões organizacional e pragmática; terceiro, demonstrar como se construiu tal política, algo que implica a caracterização e articulação histórica do *management* ao projeto hegemônico do neoliberalismo. É por esse itinerário que seguiremos.

2 TRÊS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DA POLÍTICA DO *MANAGEMENT*: EVIDENCIANDO O ÔNTICO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Quando afirmamos que as causas da dominação do *mainstream* no campo dos estudos organizacionais envolvem a ocultação de sua ontologia, de caráter essencialmente político, há que se precisar tal terminologia, para que essa afirmação não redunde num exercício meramente contemplativo, numa crítica abstrata. No sentido heideggeriano, a ontologia representa o ser como ser, a essência constitutiva e significativa da realidade, entendido o ser, aqui, como possibilidade. A compreensão ontológica envolve o afrontamento do fenomênico, do acontecido, do visível, isto é, do ôntico, da realidade aparente. O ôntico constitui o ser no mundo, o ser demonstrado no mundo material, dizendo respeito ao ente, ao imanente.

Podemos exemplificar a relação ontológico e ôntico nos estudos organizacionais a partir da noção de homem organizacional evidenciada por Etzioni (1974, 1976). A partir do postulado de que, primeiro, a sociedade moderna é uma sociedade das organizações e, segundo, é a partir das organizações que se alcançam os valores preconizados pela sociedade moderna – racionalidade, eficiência, competência, etc -, Etzioni defende que a sociedade atual exige um tipo de sujeito capaz de se adaptar à vida humana organizacional, o chamado homem organizacional. Esse sujeito deve ter “[...] uma grande tolerância à frustração e à capacidade de adiar a recompensa [...]”, bem como “[...] estar orientado à satisfação da necessidade psíquica de obter maiores recompensas materiais e simbólicas” (FARIA, 1985). O que Etzioni faz é evidenciar parte da realidade ôntica dos estudos organizacionais, restringindo as possibilidades do ser, do ontológico, numa única escolha, que certamente não é a única, mas que é articulada como se assim fosse.

O ôntico, assim, está ligado à prática política cotidiana. Representa a política, isto é, a normalidade sedimentada (MENDONÇA, 2014), o estabelecimento de uma ordem, da organização da coexistência humana (MOUFFE, 1999). O ôntico, contudo, não existe *ex nihilo*, a priori, desde o início, já que é continuamente contaminado pelo ontológico, reino das possibilidades e da indecidibilidade, das condições inerentemente conflitivas e antagônicas do estabelecimento de qualquer forma/regime organizativo da convivência humana. O ôntico, a dimensão política, portanto, é dado pela natureza ontológica da realidade, pelo fenômeno político, representando “[...] tanto o momento

em que uma ordem é desafiada como aquele em que uma nova ordem é instituída” (MENDONÇA, 2014, p. 760).

A questão essencial, nesse ponto, é que a dimensão ôntica, política, dos estudos organizacionais envolve o posicionamento do fenômeno organizacional no contexto de uma localização simples (CHIA, 1997), isto é, no âmbito de sistemas discretos e isolados no espaço-tempo. Como decorrência, a organização e o organizar são localizados numa metafísica da presença que não supõe a denúncia de seu estado de existência. Daí, indagações como “Do que e como é feita a organização” são negadas pelo *mainstream* dado que são subsumidas como irrelevantes devido ao caráter pré-existencial do fenômeno organizacional, ou seja, à sua identidade completa e plenamente constituída.

Agora, já estamos em condições de sustentar a afirmação antes esposada – o *mainstream* domina os estudos organizacionais porque oculta a natureza ontológica da constituição desse campo. A ocultação da ontologia dos estudos organizacionais significa a não evidenciação de que esse espaço discursivo foi hegemonicamente articulado a partir de certas decisões políticas tomadas num contexto permeado pela indecidibilidade, isto é, pelo caráter contingente das possibilidades de construção e materialização do social. Significa, especificamente, que as decisões políticas tomadas ocorreram num nível ôntico e que, como tal, tem a marca indelével da finitude, cujo limite é a abertura incondicionada da ontologia do político.

Isso porque o ôntico, a política, representa “momento cuja completa atualização é sempre adiada e sempre realizada parcialmente” (MARCHART, 2007, p. 5), já que tem como limite o político, a impossibilidade de um fundamento final para toda e qualquer ordem social, cuja existência é assumida diante das rupturas, falhas e lacunas existentes dentro das tentativas – sempre parcialmente sucedidas -, de significação social e política. Assim, a política, vista a partir do político, é a materialização da pluralidade de fundamentos parciais, a constante atualização desses fundamentos, muito embora, numa relação hegemônica, as forças que a ela dão amparo sempre objetivem separar a política de seu fundamento político, fazendo dela a ordem virtual e materialmente possível.

Cabe, nesse ponto, suscitar a seguinte indagação: qual é a política do *mainstream* dos estudos organizacionais? Já se destacou que, num nível ôntico, a política do *mainstream* dos estudos organizacionais envolve a pretensão de mascarar a base ontológica do social ou, em outras palavras, o caráter fundacional do social, que é a

impossibilidade de encontrar um fundamento último para o entendimento das práticas organizacionais. Aquilo que vemos pressupõe uma ontologia que marca a dinâmica do social como inerentemente indecível, isto é, aberta a possibilidades, articulações hegemônicas e contra-hegemônicas, passíveis de apreensão apenas no momento em que tais práticas articulatórias surgem. A política do *mainstream* é, num nível conceitual, o mascaramento de que a realidade organizacional, enquanto teoria e prática, é uma constante guerra de interpretações, sempre aberta a apropriações, rupturas, desmanches e reconstruções.

Essa política se construiu, ou melhor dizendo, se constrói a base de uma série de estratégias de articulação discursiva que intentam dominar a representação que temos da realidade social em suas dimensões organizacional e pragmática. Não pretendendo esgotar o rol, é possível enunciar três importantes estratégias, cada qual com três relevantes paradoxos, demonstrando os limites de cada estratégia. A primeira envolve o esquecimento de suas origens e se reflete no constante esforço para demonstrar a atualidade e convergência com a “liquidez” da sociedade pós-moderna (BAUMAN, 2001), buscando aproximação com as lógicas do agora, do consumo, do imediato, do gozo e da artificialidade, enfim, do desejo: a organização “[...] se torna o lugar da realização de si mesmo” (GAULEJAC, 2007, p. 109).

Injetando doses reforçadas de angústia, temendo a ameaça do vazio, da inércia, o *mainstream* oferece o refúgio da hiperatividade. Nesse refúgio, o indivíduo sente-se confortável, pois não precisa refletir acerca do sentido - ou da falta de sentido - em que se encontra. Projetos, prioridades, reuniões, realizações, progressos, tudo tem uma intencionalidade que transborda em outra ação e assim por diante. Cada etapa tem o sentido dado pela anterior e atribuí, por sua vez, sentido à posterior, muito embora o conjunto não signifique, no final, algo efetivamente relevante para o indivíduo. O importante é não ficar parado, não estar vazio, porque o sentimento de vacuidade envolve o peso do sólido e, como tal, a dor do corpo e o martelar da consciência.

Dessa estratégia se envidam esforços para a consolidação de uma verdadeira moral da inovação e do progresso, para a qual a organização empresarial é um sistema dinâmico, progressista e vetor de melhorias sociais e desenvolvimento econômico. A concorrência desmedida é transmutada em veículo de superação das limitações materiais, o mercado financeiro é revestido do poder divino de regular e mediar conflitos, o lucro é visto como força criativa e os interesses individuais, sociais e organizacionais são inocentemente compatibilizados.

A retórica do fim das velhas certezas e da necessidade de contínua mudança, que redundava no sempre aclamado diagnóstico de que novos conhecimentos e novos expertos são necessários, posto que o capitalismo globalizado assim o exige, é combinada com a celebração do *management* como modelo de superação das formas arcaicas, burocráticas e idiossincráticas. O *management*, assim, representa a conexão com a “liquidez” da sociedade moderna. E, paradoxalmente, fundamenta parte de sua legitimidade no postulado ôntico de que estamos diante de um mercado que se apresenta como força histórica global que leva a todos para uma única direção (PARKER, 2002).

É uma dupla consciência que, embora aparente coexistir em harmonia, não deixa de apresentar seus recalques: a estranha mistura de uma retórica da flexibilidade, da novidade, do agora e do múltiplo com o monolítico do pensamento único – submissão aos ditames da mundialização econômica; para que a submissão ocorra, são necessárias doses cavalares de tolerância, subserviência, apatia e comportamento, mas, em contrapartida, o mundo globalizado exige iniciativa, vontade, gosto, ação e atitude.

A segunda estratégia abrange a tentativa de autonomização das práticas organizacionais em relação às dimensões constitutivas da vida humana associada. Por autonomização das práticas organizacionais, entende-se a construção de um discurso que associa o *mainstream* dos estudos organizacionais como um instrumento imprescindível para a manutenção de uma sociedade organizada e a preservação dos valores por ela cultivados, como o progresso social e o crescimento econômico. A imprescindibilidade retira o caráter político do uso do *management* e, assim, o autonomiza como um dos fundamentos do social em nosso contexto atual de vida.

Tal estratégia, intimamente, está vinculada ao esquecimento das origens, pois envolve o ato ontológico de abstração do contexto socialmente mais amplo no qual o fenômeno organizacional está inserido. A autonomização das práticas organizacionais envolve, de um lado, o discurso da solução universal para qualquer problema humano (PARKER, 2002) e, de outra ponta, uma concepção negativa do papel do Estado (GAULEJAC, 2007). Em comum, a tentativa de se sobrepor às dimensões políticas de constituição da realidade social – a sociedade civil e o Estado.

Afirmou certa feita o tão propalado “cientista do comportamento organizacional” Douglas McGregor que a fábrica, por constituir o *locus* do *management*, “é um microcosmo no qual podemos ser capazes de encontrar respostas para alguns dos problemas fundamentais da moderna sociedade” (BARITZ, 2005, p. 30). Se a imagem de futuro projetada pela sociedade moderna envolve a “eliminação

gradual das diferenças sociais e culturais em favor da maior participação de todos num modelo geral, único e comum de modernidade” (CLEGG, 1998, p. 30), o *management* então corre para tornar-se paladino de uma noção particular de organizar capaz de fazer levar a cabo tal projeto.

Essa noção é continuamente atrelada à inevitabilidade da mudança social e implica a significação do *management* como um sólido corpo de conhecimento técnico-científico que reúne as condições de resolver os dois principais focos de incerteza e descontrole vivenciados em sociedade – a natureza e as pessoas (ALVESSON; DEETZ, 2005; PARKER, 2002). Assim, há que se fazer a boa gestão da sustentabilidade ambiental, a gestão deve se imiscuir pela contabilidade familiar, a gestão deve direcionar nosso sentido existencial, pois um planejamento pessoal é pressuposto para a alcance de nossas metas e desejos pessoais, a gestão deve direcionar o sistema educacional, agora consolidado como um sistema de resistência contra a desocupação econômica.

Até o Estado, outrora reino da política e subordinado aos interesses coletivos que o distanciavam de um regime cuja lógica procura aparentar-se ao tecnicismo e ao particularismo, foi pelo *management* ressignificado, deixando de lado seu histórico papel de regulação das relações sociais para incorporar a imagem de uma estrutura não rentável, a ser modernizada. Antes sustentáculos dos discursos e dos programas de governo, substantivos como ideologia, convicções e princípios, apenas para citar alguns, foram substituídos por outros mais modernos, como bom senso, pragmatismo, eficácia, ação e resultados.

O paradoxo, aqui, é que o discurso gerencialista, procurando lançar-se à frente do discurso político e demonstrando-se como seguro e isento das idiossincrasias da ação político-programática, em sua ontologia, representa o mais límpido exemplo de instrumento político na consolidação da ordem social vigente, evidenciando, embora assim o evite de toda maneira, seu caráter essencialmente político, revestido no imperativo moral de que constitui o melhor para todos. Exemplo concreto disso são as conhecidas formulações de Thomas L. Friedman (1999, 2005) de que dois países com unidades de McDonald’s nunca estarão envolvidos em conflitos armados, com o pomposo nome de Teoria da Prevenção de Conflito dos Arcos Dourados, haja vista que “[...] os povos dos países McDonald’s já não gostam mais de lutar em guerras. Preferem fazer filas para comprar hambúrgueres” (FRIEDMAN, 2005, p. 399) ou, ainda, a teoria Dell do conflito, a qual pressupõe que “a medida na qual os países ligarem suas

economias e futuros à integração e comércio globais seria a medida da restrição das possibilidades de guerras contra seus vizinhos” (FRIEDMAN, 2005, p. 399). A geopolítica do *management* ou a geopolítica a partir do *management* pode ser tudo, menos despolitizada².

A distinção entre o público e o privado é paradoxalmente tomada, de uma ponta, como ultrapassada, a fim de que o discurso do *management* possa invadir esferas da vida social antes estranhas a ele, tais como a família, a educação, o esporte, a cultura e o lazer, e, de outra ponta, como precípua, servindo de amparo aos limites impostos à expansão da democracia nos locais de trabalho, reino do não público e assim submetido a outra lógica. No todo, sempre a postos estará o *management*, à semelhança de uma nova categoria universal e fundacional de classificação social, a partir da qual é recaracterizada a parte débil das relações de poder: ninguém, em nenhum lugar do mundo, pode estar fora; caso esteja, precisa ser civilizado. O arcaico e o moderno, como critérios de distinção social, passam também a estar articulados dentro de uma cadeia de equivalência que tem como ponto nodal o *management*, adquirindo nova significação.

A tentativa de autonomização das práticas organizacionais em relação às dimensões constitutivas da vida humana associada toma forma, no contexto do *mainstream* dos estudos organizacionais, em esforços como o de Donaldson (1985). Em *In Defense of Organization Theory: A Reply to the Critics*, Donaldson (1985) defende que, para haver uma ciência das organizações, faz-se necessário estabelecer clara distinção entre organização e sociedade. A organização, consistindo num microfenômeno, é um subsistema da sociedade. Dessa maneira, Donaldson (1985) limita a teoria organizacional no contexto da estrutura social involucrada nas organizações e, assim, a protege das eventuais críticas daqueles que invocam uma teoria social das organizações. No âmbito mais amplo da sociedade, dever-se-ia recorrer à sociologia; a sociedade constituiria nível de análise equivocado para os estudos organizacionais e, logo, não contribuiria para o entendimento dos fenômenos organizacionais.

O recurso ao segregacionismo entre teoria organizacional e sociologia, é, de acordo com Marsden (2005, p. 151), “fato concretizado na América do Norte”, de onde, como sabemos, propagou-se para todos os confins do mundo o modelo de ensino em *management* e a “ética administrativa do homem organizacional” (CLEGG; BIER,

² Esqueceram de avisar a Palestina acerca da palavra sagrada: instalarás urgentemente uma cadeia de *fast-food*, aquela dos arcos dourados, e terás a paz eterna!

2010, p. 227). Disso tudo, resulta o conceito-centrado de organização como significante dos fatos e fenômenos intervenientes ou aparentados dentro e ao redor imediato de instituições empresariais, onde se dão as tradicionais relações de trabalho entre gestor e funcionário. A imagem estruturada da organização é a de uma unidade de análise, delimitável e compreensível, posicionada no interior das estruturas consolidadas da modernidade e do capitalismo como regime capaz de manter a ordem social hegemônica (BÖHM, 2006; CHIA, 1997).

A terceira estratégia, por fim, envolve o silêncio e o anonimato que pairam sobre os responsáveis pelas principais decisões estratégicas das organizações, especialmente das multinacionais, bem como sobre as razões que as fundamentam. Como afirma Gaulejac (2007, p. 210), “conhecemos raramente o rosto e o nome dos responsáveis pela gestão estratégica”. Os executivos vivem à espreita, num longínquo gabinete a observar tudo e todos onipotentemente, embora poucos tenham conhecimento de quem sejam. Os acionistas ninguém sabe quem são, nem até onde vai sua influência. Presume-se a sua existência. Nos conselhos de diversas espécies que o *management* instala para inaugurar a era da gestão participativa, as deliberações são em grande parte secretas ou pouco divulgadas, bem como a designação dos membros obedece a uma lógica que na maioria das vezes não pode ser equiparada ao controle democrático.

E, pior, quando a informação torna-se acessível, raros são aqueles que conseguem decifrar a efetiva natureza do poder nela presente. Isso porque o *management* pauta-se pelo regime da palavra fragmentada (ENRIQUEZ, 1974), que controla e regulamenta o ato de anúncio. Cada um deve apenas pronunciar-se em assuntos de sua alçada e sob sua imediata responsabilidade. Com isso, o que interessa ao sujeito não é aquilo que tem sentido existencial ou pessoal, mas as questões e problemas que envolvem o limitado universo que lhe é permitido gravitar.

A palavra fragmentada, que nada mais constitui do que limite imposto à supremacia do *management* pela constante ameaça da palavra livre e criadora, gera, por seu turno, consequências indesejadas para o próprio criador, já que, sem espontaneidade, instala-se a inércia nas organizações, que afeta a cartilha básica do desempenho e do retorno financeiro. Como resolver tal paradoxo? Insistindo-se na necessidade de constante inovação, a partir do uso de inúmeras técnicas de facilitação e aceleração da mudança – os estudos organizacionais estão repletos delas, a exemplo do *brainstorming*, desenvolvimento organizacional, Grid Gerencial, etc. No fundo, como

destaca Faria (1985), são técnicas que delimitam os discursos possíveis, transformando a palavra espontânea num esquema de liberdade vigiada.

O silêncio e o anonimato que amparam as principais escolhas políticas no âmbito organizacional encontram-se no centro da política do *mainstream* porque impedem a conscientização crítica daqueles submissos ao ôntico do *management*. Somente com “[...] a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente atuam sobre ela” (FREIRE, 1987, p. 21), é que os oprimidos tomam consciência de sua situação, posicionam-se e iniciam a transformação de objetos em sujeitos. Se tal consciência crítica é, portanto, a denúncia de como estamos vivendo e o anúncio de como podemos viver (MISOCZKY; MORAES; FLORES, 2009), seu exercício é dificultado quando as principais decisões que sustentam a situação em que vivemos são tornadas impessoais e difusas, sem base territorial.

A realidade opressora parece não ter dono nem responsável e toda resistência, assim, parece defrontar-se com o inominável e o desconhecido. Negando o poder das decisões políticas nas organizações mediante estratégias como o silêncio e o anonimato, o *mainstream* também ressignifica os instrumentos de controle que derivam de tais decisões, permitindo ao poder se manifestar enquanto dominação (MOTTA, 1985) ou, numa linguagem mais próxima da utilizada neste trabalho, enquanto hegemonia. Os sistemas de controle abandonam os modos mais visivelmente hierárquicos e burocráticos, alicerçados num consenso imposto *a exteriori* a partir de um aparato racional-legal especialmente criado para tal intento, e passam a concentrar-se num sistema de regras normativas crescentemente alimentadas pelos próprios participantes de “equipes auto-gerenciáveis”, a partir de um consenso internalizado que passa a ser o sentido de qualquer ação (BARKER, 2005).

As três estratégias discursivas esposadas, além de outras possíveis, portanto, atuam para o ôntico, a política do *mainstream*, a constante e sempre incompleta tentativa de mascarar a base ontológica do social ou, em outras palavras, o caráter fundacional do social, que é a impossibilidade de encontrar um fundamento último para o entendimento das práticas organizacionais. O importante, acima de tudo, é compreender não se trata apenas de um problema de construção de conhecimento, a ser resolvido pela superação de epistemologias positivistas ou de cunho funcionalista, mas essencialmente de uma questão ontológica. Em outras palavras, a ferida está na posição

do ser, da vida moderna, da organização e do organizar, não se limitando ao conhecimento produzido acerca desse posicionamento.

3 A POLÍTICA DO *MANAGEMENT*: OFENSIVA NEOLIBERAL À BUROCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Mas, do ponto de vista concreto, como se construiu essa política e como ela se evidenciou? Esse questionamento é fundamental, porque permite que a delimitação analítica dessa política seja devidamente posicionada, ou seja, estabelecida a partir de “[...] relações particulares de poder e conhecimento e de produção de subjetividades em uma formação social específica no tempo e no espaço” (BÖHM, 2006, p. 3)³.

Para estabelecer uma possível resposta, importa considerar que não se pode conceber os estudos organizacionais, suas teorias e práticas, de maneira *ex nihilo*, fora de todo e qualquer contexto, recaindo num dos principais mecanismos de ocultação da ontologia política de que se utiliza o *mainstream*. Também não há pretensão que se derivem do exposto interpretações essencialistas, entendendo tal política como a divisão do social em campos antagônicos com identidades previamente constituídas. O *mainstream* dos estudos organizacionais se fez e se faz em espaços políticos marcadamente instáveis, onde a sua identidade, bem como a dos resistentes, é constantemente deslocada e redefinida.

A versão atual do *mainstream* dos estudos organizacionais, defende-se, surgiu, em termos hegemônicos, a partir do Pós-Segunda Guerra Mundial e no âmbito de que Laclau e Mouffe (1985) denominam de revolução democrática, muito embora os antecedentes do campo remontem ao início do século XX, com a Escola Científica e Clássica de Administração. Foi forjada no âmbito de mudanças nas relações sociais e na consolidação de uma nova hegemonia no capitalismo global, o neoliberalismo, que articulou, segundo Laclau e Mouffe (1985, p. 266), “[...] modificações ao nível do processo de trabalho, da forma estatal e dos modos de difusão cultural dominantes”.

Na esfera econômica, as relações capitalistas de produção, tão bem reproduzidas por Taylor, Fayol e discípulos, foram alargadas para o conjunto das relações sociais, numa lógica de mercantilização das relações sociais. O keynesianismo e o regime de acumulação fordista intensificados no pós-guerra possibilitaram a articulação entre

³ Todas as citações extraídas de material em língua estrangeira foram traduzidas em versão livre para uso exclusivo nesta tese. Eventuais equívocos de tradução e/ou interpretação são de minha responsabilidade.

processo de produção em massa e consumo em massa, abrindo uma das portas para a expansão do *management* ao resto do mundo. De fato, o *management* constituía-se no modelo mais adequado para suportar a massificação da produção e do consumo, já que representava “[...] um sistema de relações que define a disponibilidade de recursos parcos e que podem ser manipulados em termos de eficiência e eficácia” (SELZNICK, 1967, p. 32). Assim, em termos hegemônicos, muito embora a versão taylorista, fayolista e fordista tenha sido potencialmente a única no início dos estudos organizacionais, apenas tornou-se hegemônica quando reuniu as condições para se imiscuir nas relações sociais mais amplas.

No âmbito cultural, houve a expansão dos meios de comunicação de massa, que tornou possível uma nova cultura de massas, baseada na padronização e uniformização comportamental e cultural, numa lógica de homogeneização das relações sociais. Tal expansão permitiu, especificamente ao caso, a disseminação do *the best way of life* americano e, com ele, do *management*, num contexto histórico marcado por uma confluência singular de acontecimentos: a proeminência militar, política e econômica do pós-guerra, o predomínio global das multinacionais americanas, que desenvolveram a noção de administração ensinada e passível de profissionalização, além da ampla influência das escolas de gestão norte-americanas, que exerceram controle direto sobre o processo de criação e consolidação do ensino e da pesquisa acadêmicos em outras partes do mundo. A isso, soma-se o fato de que os Estados Unidos alcançavam, à época, o *status* de novo centro de pesquisa nos campos altamente prestigiados das ciências naturais (WHITLEY, 1984), o que trouxe reflexos, por exemplo, no funcionalismo de Merton e Parsons, tão influente nos estudos organizacionais.

As mudanças nas relações capitalistas de produção, bem como a assunção da cultura de massas, são momentos de uma nova hegemonia articulada em torno do antagonismo frente à lógica de burocratização das relações sociais, instaurada com o Estado de Bem-Estar Social e a articulação entre democracia (igualdade) e liberalismo (liberdade) (LACLAU; MOUFFE, 1985). O neoliberalismo, hoje a versão hegemônica do capitalismo, originou-se a partir de várias cadeias de equivalência constituídas no antagonismo frente à crescente intervenção do Estado nas relações econômicas e sociais. É nesse contexto da ofensiva neoliberal ou neoconservadora perante o intervencionismo estatal que deve ser historicamente posicionada a política do *mainstream*, a partir de dupla teleologia: legitimar as vantagens da economia de mercado frente ao Estado intervencionista, por um lado; e consolidar a supremacia dos

direitos do homem contra novas formas de despotismo que se vislumbravam na geopolítica mundial.

O neoliberalismo, enquanto tentativa de reafirmar os mais puros princípios liberais, consistentes na redução ao mínimo dos poderes estatais com o intento de maximizar a liberdade individual, o principal objetivo político de uma sociedade moderna (HAYEK, 1977), busca a consolidação de uma concepção tradicional de liberdade, identificada “[...] com a não interferência no direito de apropriação ilimitada e nos mecanismos da economia capitalista de mercado” (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 286). O *management* teve e tem aí importante função, já que, primeiro, serviu como lógica contraposta ao regime burocrático vigente no aparato estatal, distinguindo o moderno do arcaico e legitimando a desconstrução do Estado de Bem-Estar Social a partir da década de 70, e, segundo, diante dessa legitimação, consistindo num regime capaz de melhor conduzir a organização da sociedade. Nada mais propício à defesa da liberdade individual e da ineficiência burocrática do que o postulado taylorista de que “[...] os homens possam executar em ritmo mais rápido e com maior eficiência os tipos mais elevados de trabalho, **de acordo com suas aptidões naturais**” (TAYLOR, 1990, p. 26, **grifo nosso**).

Além do recrudescimento da defesa do princípio da liberdade individual, o neoliberalismo, ao desconstruir o Estado de Bem-Estar Social, visava, também, o rompimento da articulação entre democracia e liberalismo que deu azo à constituição dessa forma de Estado (LACLAU; MOUFFE, 1985). Amplo esforço foi despendido para que o campo de aplicação da democracia fosse restringido à engenharia institucional que permitisse aos cidadãos a escolha, no contexto de uma concorrência, daqueles que teriam o poder de tomar as efetivas decisões políticas (SCHUMPETER, 1984; MACPHERSON, 1978).

A participação política, assim, foi continuamente limitada a espaços cada vez mais restritos. Como o *management* foi se articulando como o reino do técnico, despido das imprevisibilidades e idiosincrasias do processo político e como um dos princípios organizadores das relações sociais, representou um dos momentos do neoliberalismo nessa tentativa hegemônica de sufocamento do fenômeno democrático.

Uma exaustiva análise de como essa política se fez presente ao longo da história dos estudos organizacionais, além de fugir ao objetivo aqui proposto, representaria um exercício que superaria as limitações de tempo e espaço disponíveis. De toda forma, contudo, importante se faz pontuar esparsos exemplos de materialização, especialmente

dos antecedentes e pioneiros, até para que a contextualização esposada não passe de mero exercício de abstração. Os antecedentes dessa política certamente são encontrados anteriormente ao Pós-Guerra, mas apenas se mostram hegemônicos quando se evidencia uma prática articulatória causadora de mudanças nas relações sociais e na consolidação de uma nova hegemonia no capitalismo global - o neoliberalismo.

No famoso ensaio intitulado *The Study of Administration*, Woodrow Wilson (1887) postula a separação entre Administração e política, a fim de que o desempenho dos órgãos administrativos fosse orientado pela eficiência e à semelhança dos negócios empresariais, afirmando que a Administração estava fora da esfera da política. Com isso, pretendia estabelecer equilíbrio entre responsividade democrática e competência administrativa (DENHARDT, 2012), ou, em outras palavras, limitar a primeira e ampliar a segunda.

Esse intento de Wilson (1887), segundo Denhardt (2012), serviu como fio condutor de grande parte da história do estudo da Administração Pública: a distinção entre Administração e política e a procura por princípios científicos de gestão administrativa capazes de alçar a níveis otimizados a eficiência organizacional. Mais recentemente, *vide* propostas como a de Osborne e Gaebler (1994) no âmbito da *New Public Management*, procurando converter os agentes públicos em empreendedores capazes de realizar uma reforma radical do governo, a partir da aplicação de um modelo assemelhado aos mecanismos de mercado.

O *management* foi, então, continuamente explorado para limitar o caráter político da Administração Pública e, articulando discursivamente sua primazia sobre a lógica burocrática, legitimar-se em esferas cada vez mais amplas das relações sociais, numa atuação recursiva. Autores originariamente da Administração Pública, como Gulick e Urwick, serviram de arrimo à Escola Clássica e Científica de Administração, retirando dali parte de sua legitimidade na construção de uma visão apolítica da Administração Pública.

O próprio Taylor (1990), em *Princípios de Administração Científica* (1911), adota como questão a ser superada “[...] o problema mais amplo de aumentar a eficiência nacional” (p. 21), a fim de se evitar o desperdício não apenas dos recursos naturais, mas especialmente “[...] do esforço humano e decorrentes de nossos atos errôneos, mal dirigidos ou ineficientes” (p. 22). Não é à toa que usa a retórica de um Presidente dos EUA, Theodore Roosevelt (1901-1909), como introdução à sua obra. O que Taylor pretende, antes de tudo, é demonstrar que o problema político do

desempenho econômico nacional somente poderia ser tratado a partir da aplicação de princípios científicos de Administração e, assim, colocar-se como limite a um modelo ineficiente, corrupto⁴ e desperdiçador, presente no contexto de uma lógica burocrática.

As tentativas de Barnard (1971) ao construir um conceito de organização coordenativo formal no qual os aspectos significativos da coordenação não seriam pessoais, mas decorrentes das características sistêmicas, de Simon (1970) ao definir um indivíduo racional como aquele institucionalizado e organizado, com comportamento útil caso fosse consistente com a visão da organização mantida por seus dirigentes, de Etzioni (1971, p. 13) ao asseverar que “[...] o caminho para a compreensão do homem moderno e da sociedade em que vive conduz, portanto, ao estudo das organizações complexas”, organizações essas orientadas para a consecução de metas específicas, tais quais as organizações empresariais, e de Parsons (1971) ao afirmar que a questão básica era a estrutura ou forma que as organizações empregam na solução dos problemas funcionais das unidades sociais, entre outras, possuem um metadiscurso legitimador.

A ideia fundante é circunscrever a organização e o organizar a uma função administrativa econômica, consistente numa “[...] ferramenta social e numa extensão da agência humana, um órgão auxiliar do homem” (MISOCZKY; VECCHIO, 2006, p. 8), contrapondo-se à crescente burocratização das relações sociais causada pelo intervencionismo estatal iniciado com o *Welfare State* e a consequente articulação entre liberalismo e democracia, entre as noções de liberdade e igualdade, respectivamente.

Pode-se começar a entender, nesse contexto, porque o *management* é tão defensor da liberdade e tão avesso à igualdade. A liberdade, enquanto liberdade individual, isto é, concretizada na limitação da liberdade do outro, num universo mercantil e de escassez de recursos (BOBBIO, 1986), é a própria base do neoliberalismo no qual o *management*, como momento, está articulado. A igualdade, como princípio democrático, é o limite que marca o neoliberalismo e, assim, precisa ser constantemente resistida pelo *mainstream* dos estudos organizacionais.

Como a existência entre liberdades que se autolimitam necessita, na materialidade da vida social, o estabelecimento de princípios, regimes e ordens que permitam a coexistência dessas liberdades, tem-se a formulação e aplicação de regras práticas de conduta e manutenção das relações de poder, de um modo econômico e

⁴ Lembremo-nos que, à época de Woodrow Wilson e Taylor, um dos principais problemas com que se defrontava a Administração Pública nos EUA era a corrupção, causada pelos interesses políticos, a ser eliminada pela aplicação da gestão científica, tal qual demonstrada na prática empresarial.

político de associação humana, contexto em que se insere a política do *mainstream* dos estudos organizacionais. E esse contexto, concretamente, é o do levante do neoliberalismo frente à burocratização das relações sociais causada pelo intervencionismo estatal do Pós-Segunda Guerra. O *modus operandi* envolveu o rompimento da crescente articulação entre liberdade e igualdade, entre democracia e liberalismo, mediante a afirmação da primazia da economia de mercado e da razão científica frente à ineficiência e idiosincrasia que conduziam o *Welfare State* e cada vez mais se tornavam visível conforme o bem-estar social era desmantelado.

O Estado de serviços, sempre tendente a ampliar-se e a burocratizar-se, estreitamente ligado ao desenvolvimento da democracia, já que consistente em resposta a demandas provenientes de lutas concebidas num ambiente de consolidação da democracia (BOBBIO, 1986; LACLAU; MOUFFE, 1985), interferia sobremaneira no princípio liberal de que cada cidadão é o mais apto a definir, cuidar e concretizar seus próprios interesses. Convergir as relações sociais na direção do postulado ético da liberdade individual envolveu, como um de seus momentos, uma situação na qual fosse possível “[...] o desenvolvimento de cada homem, no sentido de maior eficiência e prosperidade”, onde “[...] cada homem realiza o trabalho para que está mais bem aparelhado, conserva sua personalidade própria, é excelente nas suas funções, não perde sua capacidade criadora ou iniciativa pessoal; contudo, é orientado e trabalha em harmonia [...]” (TAYLOR, 1990, p. 101). E a política do *management* assim se estabeleceu.

O entendimento da política do *management*, como esposado, permite, antes de tudo, posicioná-la no contexto mais amplo de uma formação social concreta que intenta construir uma determinada ordem das relações sociais. Tal ordem perpassa a esfera das relações produtivas e econômicas, atingindo o Estado e a sociedade civil, posicionando-se no contexto hegemônico do capital, o atual neoliberalismo. A serialização e autonomização da evolução dos estudos organizacionais, com escolas de pensamento que avançam sempre para melhor compreender o fenômeno da organização enquanto “[...] arranjo e obtenção de pessoal para facilitar a realização de algum objetivo de comum acordo, por meio da distribuição de funções e responsabilidade” (SELZNICK, 1971, p. 30), como decantado nos manuais de Introdução à Administração e de Teoria Geral de Administração, são exemplos típicos da política do *mainstream*, do que o presente posicionamento procurou afastar-se.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da exposição, defendeu-se a tese de que o *mainstream* domina os estudos organizacionais porque oculta a natureza ontológica da constituição desse campo. Avançar na resistência à política do *mainstream*, por decorrência, envolve evidenciar o ontológico que está por trás do ôntico, ou, em outros termos, o caráter político dos estudos organizacionais, que se dá a partir de sua ligação ao processo social mais abrangente, envolto no embate real entre projetos políticos hegemônicos que pretendem, a sua maneira, a instituição e a preservação de uma ordem política dentre as várias possíveis, algo nunca plenamente alcançável.

O ôntico demonstra-se numa miríade de articulações discursivas que constituem o *mainstream*. Três dessas articulações foram analisadas, num exercício que não poderia estar separado do posicionamento histórico acerca da construção da hegemonia dos estudos organizacionais. A vertente hegemônica dos estudos organizacionais, assim adquirindo seu caráter após a Segunda Grande Guerra, constituiu-se numa das articulações discursivas necessárias ao neoliberalismo para fazer frente ao Estado de Bem-Estar Social, que então se consolidava como o principal modelo de organização das relações sociais e trazia em seu bojo a crescente burocratização dessas relações. No âmago, a pretensão era usar-se do *mainstream* para romper os laços entre igualdade e liberdade, caracterizadores da democracia liberal, priorizando uma dada concepção de liberdade mais adequada aos anseios neoliberais.

O posicionamento histórico da hegemonia dos estudos organizacionais, como tal desenvolvido neste artigo, permite-nos evidenciar certas conclusões essenciais ao melhor entendimento do caráter político que permeia esse campo de estudos e, dessa forma, ao exercício da necessária resistência perante o modelo hegemônico. Primeiro, a evidenciação do caráter precário e contingencial da construção discursiva dominante, já que funcional à instituição de dada ordem social e nela adquirindo sua significação. Segundo, a possibilidade e a necessidade de projetos e alternativas de resistência, posto que o *mainstream* insere-se num contexto de embate real entre projetos políticos hegemônicos que pretendem, a sua maneira, a instituição e a preservação de uma ordem política e social dentre as várias possíveis. Como afirma Quijano (2009, p. 23), “[...] o novo não terminou de nascer e o velho não acabou de morrer”.

E, por fim, um ponto de partida para o entendimento mais adequado das categorias fundacionais dos estudos organizacionais e de seu *mainstream*, que constituem-se no ontológico e, portanto, atrelam-se aos atos instituidores de determinadas significações sociais que pretendem totalizar a representação da realidade social em seus próprios termos.

REFERÊNCIAS

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Critical theory and postmodernism: approaches to organizational studies. In: GREY, C.; WILMOTT, H. **Critical Management Studies: a reader**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 60-106.

BARKER, J. R. Tightening the Iron Cage: concertive control in self-managing teams. In: GREY, C.; WILMOTT, H. **Critical Management Studies: a reader**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 209-243.

BARITZ, L. The servants of power. In: GREY, C.; WILMOTT, H. **Critical Management Studies: a reader**. New York: Oxford University Press, 2005, p. 29-45.

BARNARD, C. I. **As funções do executivo**. São Paulo: Atlas, 1971.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BÖHM, S. **Repositioning Organization Theory: impossibilities and strategies**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHIA, R. Ensaio: Essai: thirty years on: from organizational structures to the organization of thought. **Organization Studies**, 1997, p. 685-707.

CLEGG, S. R. **As organizações modernas**. Oeiras: Celta Editora, 1998.

_____; BIER, C. A. Ethics and power in business schools and organizations. **Journal of Power**, v. 3, n. 2, aug. 2010, p. 227-242.

DENHARDT, R. B. **Teorias de Administração Pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DONALDSON, L. **In defence of organization theory: a reply to the critics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

ENRIQUEZ, E. Imaginário social, recalçamento e repressão nas organizações. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 36/37, jan./jun. 1974, p. 53-94.

ETZIONI, A. **Análise comparativa das organizações complexas**: sobre o poder, o engajamento e seus correlatos. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. **Organizações modernas**. São Paulo: Pioneira, 1976.

FARIA, J. H. de. **O autoritarismo nas organizações**. Curitiba: Criar Edições/FAE, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FRIEDMAN, T. L. **O Lexus e a Oliveira**: entendendo a globalização. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

_____. **O mundo é plano**: uma breve história do século XXI. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

GAULEJAC, V. de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

HOBSBAWN, E. J. **A era das revoluções – 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista**: hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal**: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARCHART, O. **Post-foundational political thought**: political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

MARSDEN, R. The politics of organizational analysis. In: GREY, C.; WILMOTT, H. **Critical Management Studies**: a reader. New York: Oxford University Press, 2005, p. 132-164.

MENDONÇA, D. de. O momento do político: evento, indecidibilidade e decisão. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, 2014, p. 745-771.

MISOCZKY, M. C. A.; VECCHIO, R. A. Experimentando pensar: da fábula de Barnard à aventura de outras possibilidades de organizar. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, V. 4, n. 1, mar. 2006, p. 1-11.

_____; MORAES, J.; FLORES, R. K. Bloch, Gramsci e Paulo Freire: referências fundamentais para os atos de denúncia e do anúncio. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, set. 2009, p. 448-471.

MOTTA, F. C. P. Prefácio. In: FARIA, J. H. de. **O autoritarismo nas organizações**. Curitiba: Criar Edições/FAE, 1985, p. 11-14.

MOUFFE, C. **El retorno de lo político**: comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Barcelona: Paidós, 1999.

PARKER, M. **Against management**: organization in the age of managerialism. London: Polity, 2002.

PARSONS, T. Sugestões para um tratado sociológico da teoria de organizações. In: ETZIONI, A. **Organizações complexas**: estudo das organizações em face dos problemas sociais. São Paulo: Atlas, 1971, p. 43-57.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventando o governo**: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: MH Comunicação, 1994.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. In: ARAUJO, C.; AMADEO, J. (Orgs.). **Teoria política latino-americana**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2009, p. 21-44.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SELZNICK, P. Fundamentos da teoria de organização. In: ETZIONI, A. **Organizações complexas**. São Paulo: Atlas, 1967, p. 30-43.

SIMON, H. A. **Comportamento administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1970.

TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

WHITLEY, R. The fragmented state of management studies: reasons and consequences. **Journal of management studies**, v. 21, n. 3, July 1984, p. 331-348.